

## Castelo de Santa Maria da Feira

Quando, em meados do século IX, Afonso III de Leão criou a região administrativa e militar a que deu o nome de Terra de Santa Maria, a sua chefia foi entregue a uma fortaleza militar ali existente, a Civitas Sanctae Mariae.

Durante muitos anos esta fortaleza funcionou como base avançada das tropas da reconquista cristã e como sentinela contra as invasões árabes vindas do sul.

Por duas vezes, no ano 1000, Almansor – o lendário guerreiro árabe – conquistou o Castelo e arrasou a povoação anexa. E por duas vezes, também, os guerreiros e habitantes cristãos reconquistaram a fortaleza, reconstruíram a povoação e lhe mantiveram o nome de Civitas Sancta Mariae.

Isto atesta bem a coragem e a firmeza das convicções religiosas daquelas gentes.

No reinado de Bermudo III ( 1028 a 1037) os guerreiros árabes invadiram de novo esta zona, mas foram de rechaçados na batalha de Cesár numa povoação que ainda hoje mantém este nome e está situada nas proximidades do Castelo. Os governadores de então - Men Guterres e Men Lucidio desenvolveram depois um trabalho gigantesco para reconstrução do Castelo e desenvolvimento da Terra de Santa Maria. Por este facto, os reis leoneses distinguiram uma grande parte da população com mercês especiais: - a “Honra de Infanções”, para se avaliar da importância deste título, basta recordar que só no séc. XIV obtiveram idêntico privilégio os “juizes, almotaceis, corregedores e vereadores” da cidade de Lisboa.

Na carta régia de 10 de Abril de 1423, que atribuiu estas mercês, alude-se expressamente ao intento de equiparação aos “infanções da Terra de Santa Maria”.

Durante largos anos, a “Terra de Santa Maria” foi “terra de fronteira” com os árabes. Só depois da conquista de Coimbra (1067) este território deixou de ser “zona de guerra”. Mas não foi, também, “zona de paz” tal como sucedia com as povoações

a norte do Douro. Depois daquela conquista de Coimbra, aquele território, funcionou como o grande “viveiro” de cavaleiros e de peões que alimentava a frente sul. Isto só foi possível, porém, pelo carácter permanente da organização militar instalada na “Terra de Santa Maria”.

Após a morte do conde D. Henrique, senhor do Condado Portucalense, a viúva, D. Teresa, deixou-se envolver com um fidalgo galego, Fernão Peres de Trava, ao serviço do Arcebispo de Compostela D. Diogo Galmirez, que tinha a intenção de submeter ao controle da Galiza o Condado Portucalense. Como guarda avançada, tinham vindo para o Condado, especialmente para o Porto – onde Fernão de Trava governava já – grandes migrações galegas. Com o tempo, a pequena burguesia portucalense começou a ser substituída por gentes da Galiza. Mais tarde, o ataque económico e administrativo estendeu-se aos grandes senhores de terras e de poder, quer a norte, quer a sul do Douro. Assim sucedeu às famílias Moniz, de Riba Douro (Ermígio, Mendo e Egas), Sousas (da Maia), Nuno Soares (de Grijó) e à família de Pero Gonçalves (de Marnel). Estas famílias, que tinham vastas propriedades quer no Alto Minho, Lamego, quer na Terra de Santa Maria, foram sendo confrontadas com a ameaça de perderem tudo – argos, prestígio, e bens – por intervenção de uma campanha orquestrada do exterior, primeiramente subtil e, depois frontal.

Dentro destas famílias notáveis, é justo destacar dois nomes: Ermígio Moniz e Pero Gonçalves do Marnel.

O primeiro, ao tempo de revolta dos barões portucalenses, era alcaide do Castelo de Neiva. Antes tinha sido afastado do governo da Terra de Santa Maria e da alcaidaria do Castelo. Figura muito próxima do Infante D. Afonso, era irmão do célebre Egas Moniz, que também tinha sido afastado da Terra de Lamego.

O segundo, Pero Gonçalves de Marnel, tinha sido substituído no governo de Coimbra pelo próprio Fernão Peres de Trava. Ao tempo da revolta (1127/1128) era governador da Terra de Santa Maria e alcaide do Castelo do mesmo nome.

O galego Fernão Peres de Trava ocupava assim o governo dos dois pólos fundamentais do Condado Portucalense – o de Portucale e de Coimbra.

Uma hora houve em que estas famílias resolveram juntar-se e revoltar-se. A este movimento de revolta esteve ligado o Infante D. Afonso que, também, não via com bons olhos a situação da mãe e que começava a temer pelo futuro que lhe estava a ser reservado. Ele, que, ao tomar a iniciativa de se armar cavaleiro, por si próprio, em Zamora, estava a usar de uma prerrogativa reservada somente aos filhos de reis...

Com o poderio da sua força militar organizada, com o apoio da pujança da sua vida económica e com o estímulo do sentimento de independência de que já desfrutavam, os homens de Santa Maria avançaram para Guimarães – então capital do poder político – e onde o Infante D. Afonso se encontrava já a mobilizar as gentes daqueles sítios. (...)

Em 13 de Junho de 1128 as tropas galegas foram vencidas. Esta batalha - indiscutível marco da história pátria - não foi, pois, a causa da nossa independência, mas a consequência de um movimento independentista de carácter colectivo e abrangendo uma grande área do Condado quer a norte quer a sul do Douro.

### **Comissão de Vigilância do Castelo**

Criada em 29/10/1909, por iniciativa de um grupo de feirenses de que fizeram parte, entre outros, um comerciante local - Afonso Couto - e um proeminente médico e historiador - Dr. Aguiar Cardoso.

Os seus estatutos actuais constam de escritura realizada no 1º Cartório Notarial de Santa Maria da Feira, em 10/05/95.

Face ao estado de degradação em que o Monumento se encontrava, e face ao abandono a que os poderes públicos o votaram, aquele grupo de feirenses, com uma consciência viva das suas responsabilidades, e do dever/direito de



participação, tomaram sobre si a iniciativa de se substituir aos poderes públicos e começaram a fazer obras de limpeza, de melhoria e de reparações inadiáveis.

A par destas obras de protecção física do Monumento - e sob a égide do Dr. Aguiar Cardoso - foram efectuados diversos estudos históricos de que é justo destacar os livros de Dr. Fernando Tavares e Távora "O Castelo da Feira" (1918) e a publicação daquele historiador - "Terra de Santa Maria - Civitas Sanctae Mariae" (1929).

Na década de 30/40, a par de importantes obras de restauro levadas a cabo pelo Estado com a colaboração da "Comissão", o Presidente desta Dr. Henrique Vaz Ferreira, promoveu uma grande campanha histórica com a publicação de numerosos trabalhos, no sentido de mostrar que o movimento de revolta do Condado Portucalense que culminou na batalha de S. Mamede (1128) tivera o seu epicentro no Castelo da Feira.

A tese, então desenvolvida, por aquele historiador e autor de numerosas publicações, constam de um seu livro intitulado "O Castelo da Feira - Onde Nasceu Portugal".

A "Comissão" foi objecto de vários louvores públicos. Para além disso, em 1990, o Governo declarou a "Comissão" pessoa colectiva de utilidade pública e, no mesmo ano, o Sr. Presidente da República, agraciou-a com a medalha de "Membro Honorário da Ordem de MÉRITO".

Actualmente, a "Comissão" continua a administrar o Castelo mas agora, por delegação expressa do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) por força da celebração de vários protocolos.

Na área cultural, para além da realização de vários espectáculos, publicações, exposições, conferências, etc..., a "Comissão", - que deu apoio à edição às obras antes referidas e interveio empenhadamente na elaboração do "Guia" do Castelo editado pelo IPPAR (1990).

(...) Presentemente, a "Comissão", sob a égide do seu presidente, Eng. Ludgero Marques, está a levar a cabo, com apoios financeiros exteriores, grandes obras de



remodelação do Castelo para o adaptar a novas funções, agora de carácter marcadamente cultural.

Desta forma, o Castelo que fôra outrora castro romano; baluarte de defesa contra invasões normandas vindas do mar; forte militar na época da reconquista; importante pólo político-militar no tempo da independência; e - depois da paz - habitação de famílias reais e de nobres, e, ultimamente, simples objecto de apreciação arquitectónica e de visita turística, voltará, de novo, a ser um importante "sujeito de intervenção", no campo cultural, de toda a vasta região em que se insere, na primeira fase dos trabalhos já se restaurou o segundo piso da torre de menagem de modo a adaptá-lo a sala de exposições e conferências.

A par desta remodelação física do monumento a "Comissão", no âmbito da sua actividade cultural, tem em curso a instalação de um "Centro de Documentação" que identifique, classifique e informatize, toda a documentação relativa à Terra de Santa Maria. Esta tarefa - numa 1ª fase relativa à documentação medieval - está a cargo de uma equipa de professores universitários.

Simultaneamente, com a colectânea de documentação está a ser preparada uma relação bibliográfica, contendo todas as obras publicadas sobre a Terra de Santa Maria.

*Fonte: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, Centro de Documentação*